

PROCESSO - A. I. Nº 298951.0902/08-1
RECORRENTE - LE BRUT INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 1ª JJF nº 389-01/09
ORIGEM - INFAZ JEQUIÉ
INTERNET - 07/10/2010

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0344-11/10

EMENTA: ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. Tendo o contribuinte efetuado o pagamento do valor lançado no Auto de Infração, fica caracterizada a perda superveniente do interesse recursal, devendo ser julgado prejudicado o Recurso Voluntário interposto contra a Decisão de primeira instância administrativa, bem como declarada a extinção do crédito tributário e do processo administrativo fiscal. Recurso **PREJUDICADO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto contra a Decisão da 1ª Junta de Julgamento Fiscal (Acórdão JJF nº 0389-01/09), que julgou procedente em parte o presente Auto de Infração, lavrado em virtude do cometimento das seguintes irregularidades:

1. Deixou de recolher ICMS no valor de R\$1.114,06, relativo ao fornecimento de mercadorias com prestação de serviço não compreendida na competência tributária do município, referente ao período março, maio a dezembro de 2003, janeiro a dezembro de 2004. Multa de 60%;
2. Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas, geradora do ICMS de R\$3.849,66, acrescido da multa de 70%, relativa ao período janeiro e fevereiro de 2003, fevereiro, abril e junho de 2004. Multa de 70%;
3. Multa de R\$1.380,00 pela falta de entrega de arquivo magnético nos prazos previstos na legislação, o qual deveria ter sido enviado via internet através do programa Transmissão Eletrônica de Dados (TED), relativa ao mês de junho de 2008;
4. Forneceu informações através de arquivo magnético exigido na legislação tributária, requerido mediante intimação, com omissão de operações ou prestações, ficando o valor da multa limitado a 1% do valor das operações de saídas e das prestações de serviços realizadas no estabelecimento em cada período, calculando-se a multa sobre o valor das operações ou prestações omitidas;
5. Recolheu a menos ICMS no valor de R\$5.232,91, em decorrência de erro na determinação da base de cálculo do imposto nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas, relativo ao período agosto de 2003 e maio de 2004. Multa de 60%;
6. Multa de R\$248,48 por ter dado entrada no estabelecimento de mercadorias não tributáveis no período janeiro a março de 2003, fevereiro, abril, junho a dezembro de 2004, sem o devido registro na escrita fiscal;
7. Multa de R\$1.380,00 por ter deixado de apresentar comprovantes das operações ou prestações contabilizadas quando intimado, mais especificamente os livros Caixa Razão Diário e Registro de Inventário dos exercícios 2003 e 2004.

Contra o acórdão de primeiro grau, o sujeito passivo interpôs o Recurso Voluntário de fls. 819/825, suscitando prejudicial de decadência e, no mérito, pedindo a redução das multas aplicadas nos itens 4 e 5 para 10% do valor inicialmente cominado.

Através do despacho de fls. 831, os autos foram encaminhados à PGE/PROFIS para manifestação acerca da decadência.

Às fl. 832, consta despacho de ordem do Procurador Chefe da PGE/PROFIS, retornando os autos a este Conselho em virtude da quitação do valor lançado, mediante a utilização dos benefícios da Lei Estadual nº 11.908/2010.

Às fls. 836/840, vieram aos autos os comprovantes de pagamento integral do valor lançado no presente Auto de Infração.

VOTO

Da análise dos autos, especialmente dos documentos de fls. 836/840, constata-se que o sujeito passivo efetuou o pagamento integral do débito lançado neste Auto de Infração, utilizando-se dos benefícios da Lei de Anistia do ano de 2010.

O pagamento do débito, como cediço, é ato incompatível com o intuito de recorrer da Decisão administrativa que julgou procedente em parte a autuação, ensejando, inclusive, a extinção do crédito tributário, por força do disposto no art. 156, I, do Código Tributário Nacional.

Nas circunstâncias, resta dissolvida a lide outrora existente e caracterizada a perda superveniente do interesse recursal, daí porque julgo **PREJUDICADO** o Recurso Voluntário apresentado pelo sujeito passivo. Devem os autos ser remetidos ao setor competente, para que seja homologado o pagamento efetuado e, em seguida, extintos o crédito tributário e o processo administrativo fiscal, uma vez constatado que se trata de pagamento integral.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADO** o Recurso Voluntário apresentado e declarar **EXTINTO** o presente Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração nº **298951.0902/08-1**, lavrado contra **LE BRUT INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA.**, devendo o recorrente ser cientificado da presente decisão e os autos encaminhados à repartição fiscal de origem para fim de homologação do pagamento efetuado com os benefícios da Lei nº 11.908/10 e, após, o arquivamento do processo.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de setembro de 2010.

FÁBIO DE ANDRADE MOURA – RELATOR/PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

ROSANA MACIEL BITENCOURT PASSOS - REPR. DA PGE/PROFIS